

# VELOCIDADE E CONTROLE: UMA NOVA CODIFICAÇÃO DO HOJE?

ELTON CORBANEZI\*

---

**Resumo:** Trata-se de analisar as rápidas transformações da tecnociência na sociedade contemporânea, as quais exigem uma nova codificação do presente. Para tanto, o artigo busca articular conceitos como velocidade e controle, cunhados respectivamente pelo pensamento epistemo-técnico de Paul Virilio e pelo pensamento sócio-técnico de Gilles Deleuze, além de instrumentalizar a obra do documentarista Harun Farocki como forma de politização da tecnologia na sociedade ocidental contemporânea.

**Palavras-chave:** velocidade; controle; tecnologia; movimento; espaço aberto.

---

*Por trás de toda solução salvadora em que esteja desenhado o símbolo da felicidade, espreitam a dor e a morte. Bem-aventurado quem entra armado nesses espaços.*

Ernst Jünger (*A mobilização total*, p. 214)

O que aqui se inscreve não almeja nada mais além de uma leitura dual que por recortes distintos se encontram alhures. Trata-se de Paul Virilio e Gilles Deleuze, autores que escrevem em estado de emergência, pensadores do contemporâneo que não desconsideram o paradigma do pensamento filosófico e social moderno, mas sobrepõem-se a este paradigma ao pensarem a atualidade de forma conceitualmente distinta, de onde uma nova codificação do conhecimento, em que *velocidade* e *controle* tornam-se potencialidades para se pensar a atualidade em espaço aberto – lugar-comum de ambos autores que, por perspectivas distintas, podem desaguar em um encontro no que diz respeito ao que estamos fazendo de nós mesmos hoje – e não mais o espaço fechado e institucional.

Encontro possível e nem por isso desejado, o que faz dessa breve análise algo não cíclico e fechado que se finda em si mesmo, mas antes aberto para a reflexão com esses pensadores que ousam pensar o presente, seja enquanto fato, seja enquanto tendência.

Despretensioso de percorrer o conjunto da obra de ambos os autores, concentramo-nos na entrevista de Paul Virilio concedida a Sylvère Lotringer, intitulada *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*, e no livro *Velocidade e Política*; bem como na entrevista *Controle e Devir* e no texto *Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle*, ambos de 1990, de Gilles Deleuze.

\* \* \*

Com o abandono da linguagem filosófica, Virilio lança mão a um pensamento “epistemo-técnico”, no qual o problema não é tão-somente o uso da tecnologia, mas antes o de “que se é usado por ela” (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 78). Uma interpretação da tecnologia em sua relação com o político a fim de desvendar parte desse enigma que

vem se constituindo como uma segunda natureza humana<sup>1</sup>.

“Tecno-logia”<sup>2</sup>, separação que induz a pensar o Logos da técnica, a saber, a lógica ou o conhecimento desta. Tal decomposição da palavra tem o efeito reverso de pensá-la separadamente, como pensamento dissociativo, mas antes em suas múltiplas associações.

Foi o pensamento disjuntivo da tecnologia em sua relação com o acidente, pelo fato de a concebermos como um instrumento ora bom, ora ruim, mas sempre em sua neutralidade e eficácia e nunca como arma que domina e destrói, que ofuscou em boa parte sua política oculta. O pensamento “epistemo-técnico” e “técno-político” de Virilio, fundido entre a tecnologia e o seu fora, tem como princípio desmascarar e por que não desmistificar a tecnologia que, sob o véu do controle, oculta seu total descontrole. É enquanto enigma que deve ser pensada e não mais simplesmente em sua eficácia neutra, pois não há neutralidade, mas antes “um continente negro”; por isso a necessidade de cessarem as “ilusões a respeito da tecnologia. Não controlamos o que produzimos. Saber como fazer não significa que saibamos o que estamos fazendo” (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 129 e 65). Sabe-se o que se produz, mas não se domina como é usado.

Assim como a invenção do barco foi instantaneamente a do naufrágio, da máquina a vapor e da locomotiva foi a emergência do descarrilamento, da auto-estrada a colisão automobilística e do avião o desastre aéreo, a tentativa de controle da tecnologia gerou descontrole, pois ela produz ao mesmo tempo em que provoca e programa acidentes específicos<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> A partir dos questionamentos relacionados à obsolescência do homem e conseqüentemente seu suposto desaparecimento devido à investida tecnológica, podemos notar que se cria uma crise, se não um “choque” no sentido benjaminiano. O que chamamos aqui aleatoriamente de segunda natureza humana não implica necessariamente no fim do humano. (Vale dizer que não fazemos referência ao Humanismo clássico e moderno já sepultado por Foucault). Pois podemos dizer, trivialmente, que, se o homem criou e inventou a técnica a partir do domínio da natureza, a relação de poder e dominação se faz simultânea. Em uma relação vertical na qual o homem inventariou e dominou a técnica, o poder emergiu também “de baixo”, isto é, no domínio do homem pela técnica. A ação de dominação se desdobra assim em uma relação quando o homem interage com a técnica da mesma forma que a técnica, com o homem. O que nos faz ousar pensar em uma relação de interdependência entre homem-máquina e máquina-homem que não necessariamente suprime a dimensão humana, mas que a modula constantemente e, assim, faz emergir um novo *modus vivendi*, do qual a resistência por parte do homem tende sempre a fortalecer o poder tecnológico.

<sup>2</sup> Conforme sugere Laymert Garcia dos Santos em *Polítizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 12.

<sup>3</sup> “Somos levados pela velocidade. Daí a inconsciência do acidente, que acho tão aterradora. [...] Se não estamos conscientes do acidente, não

Ao invés de pensar ingenuamente apenas o poder instrumental e positivo da tecnologia, Virilio coloca a si a tarefa de refleti-la em sua negatividade até então censurada, donde a necessidade de pensar “*instantaneamente* a substância e o acidente” (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 117), a produção e a destruição, a invenção e o acidente – contradições que desmantelam a linearidade do curso da tecnologia concebida antes em sua onipresença inquestionável, logo não politizada e nem problematizada. Imanência que o induziu a sugerir que, ao lado de uma galeria de máquinas eficientes, fosse exposta também uma galeria de acidentes específicos, revelando-os intrinsecamente também como produtos.

A lógica tecnológica aparece então como máquina-de-morte para uma racionalidade que era até então pensada como racionalidade em termos de eficiência e não em sua dimensão apocalíptica, o que acarreta no desmascaramento da ilusão de progresso tecnológico. Na diferença entre a velocidade metabólica que é ser-vivaz, a velocidade tecnológica se faz velocidade de morte.

É no que se encontra recôndito na aventura tecnológica e no abandono da linguagem filosófica que há a introdução do pensamento de guerra, da violência da velocidade pensada de forma associativa à máquina-de-morte. Não há aqui uma recusa da tecnologia e o sonho de retorno ao “Ano Um”, mas a intenção de, a partir da investigação e politização da tecnologia mesma, encontrar uma solução. Não à toa Virilio se refere à expressão do poeta alemão Höderlin: “Mas onde o perigo cresce, cresce também aquilo que salva” (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 103). Daí o interesse na máquina-de-guerra para esse urbanista que declara que foram suas experiências pessoais que o induziram a investigar a relação entre tecnologia e guerra – pois essa foi sua universidade – e entre homem e máquina. Pensar a relação destrutiva no vetor da aceleração tecnológica, quando velocidade já é violência. Ou seja, ao invés do pensamento voltado à positividade da tecnologia relacionada à negatividade da guerra, emerge a negatividade da primeira em seu uso militar, como vetores de velocidade e veículos de destruição absoluta.

Após a revolução nos meios de produção, coadjuvante da ilusão de progresso da tecnologia e da ciência, a saber, da promessa tecnocientífica, desencadeou-se seu reverso. Remédio tornado veneno: a revolução dos modos de destruição, isto é,

estamos conscientes do objeto: donde a crise tecnológica.” (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 117).

“a identificação absoluta da produção com a destruição” (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 101).

Ernst Jünger, já no período entre-guerras, demonstra em sua antevisão que o que se oculta por trás “do conceito indeterminado e multicoloridamente cintilante de ‘progresso’” não é progresso algum, mas uma vaga noção que se esconde na máscara “aparentemente tão translúcida da razão” – para além da sua lucidez. Pois progresso e razão são noções que aparecem imbricadas e inquestionáveis como forma da grande crença acrítica do século XIX que se estendeu para o século XX em sua efetividade. “E quem, então, poderia ainda duvidar de que o progresso é a grande igreja do povo do século XIX – a única que pode gozar de autoridade efetiva e de crença acrítica” (JÜNGER, 2002: 191-2).

É dessa forma que, tanto para Jünger quanto para Virilio, a ideologia da ciência e da técnica como progresso configura-se como uma fatalidade da aceleração tecnológica que, politizada, não implica em progresso, mas em retrocesso, involução e destruição que têm como conseqüência maior a implosão e a tensão em todas as esferas: a Guerra Pura e a militarização do cotidiano, vetorizadas pela aceleração e velocidade tecnológica que instauram o que Virilio denominou como *ditadura do movimento*. Encadeamento conceitual que emana da urgência de politizar a tecnologia e se opor à máquina-de-guerra em todo o seu horror e “enquanto máquina de não-desenvolvimento da sociedade” (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 115).

É enquanto ameaça permanente e estado de sítio invisível que Virilio afirma vivermos a tensão da Guerra Pura. Uma guerra fragmentada na interface planetária, que não se anuncia nem diz seu nome, mas que se materializa militarmente no cotidiano por ocorrer às nossas voltas sem que a percebamos e a reconheçamos; não como um discurso organizado *sobre* a guerra e nem *da* guerra, mas um discurso *em* guerra. Guerra Pura que não necessita mais de homens nem da massa mobilizada, como no sentido tradicional do termo, mas como um conflito em virtualidades que se efetiva na pesquisa, no laboratório – daí a dificuldade em controlá-la em sua preparação infinita.

Para melhor explicitar esse diagnóstico, que não opera de forma meramente conceitual, mas que emerge como um estado puro da realidade, enquanto tendência que se torna factual, Virilio situa sua pesquisa no conceito de espaço militar e de logística, a saber, espaço da economia de guerra. É a logística que avalia “racionalmente” a obsolescência do exército de

combate corpo-a-corpo. Ou seja, a guerra atual, a Guerra Pura, não é mais a catástrofe sangrenta do combate que se potencializa em ato, mas a potência logística que se efetiva no vetor da velocidade tecnológica, logo na preparação infinita da guerra. Por isso afirmar que a “guerra deslocou-se assim do estágio da ação ao estágio da concepção” (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 134).

Assim, a Guerra Pura se atualiza e se intensifica através dos meios de destruição, não enquanto ato, mas na produção da destruição; máquina-de-morte no momento em que a produção de armas, bem como a corrida armamentista, já se constituem enquanto guerra. Guerra desenhada não mais por repetição, e sim enquanto preparação incessante na investida tecnológica. O que nos induz a refletir que o mais grave não é tão-somente o poder da arma nuclear, mas a crença e a fé na sua existência. Tensão em um estado de sítio ocultado. Acreditar que o poder da arma nuclear e que o próprio poder científico e tecnológico pode destruir nossa civilização faz com que se opere a dissuasão do inimigo. É a ameaça nuclear e sua violência que garante nossa paz. “A fé nuclear significa acreditar na dissuasão. Significa acreditar que o fato da arma não explodir é uma boa coisa.” Por isso ser enfático: “O desenvolvimento da tecnologia é Guerra Pura”. É involução e não-desenvolvimento da sociedade, “todos estamos nos tornando subdesenvolvidos” (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 57-8).

Implosão em todas as esferas da vida, não mais explosão. Sentido supremo da produção dos meios de destruição. “[...] *o perigo do armamento nuclear e do sistema de armas que ele pressupõe não é tanto que ele exploda e sim que imploda nas mentalidades*” (VIRILIO, 1996: 136). É na dissuasão do inimigo, sem hostilidades declaradas e isento do conflito direto, que o pensador da velocidade aponta para o estado de tensão que se oculta na paz. Não estamos mais expostos assim à explosão premeditada, mas sim à implosão cotidiana em um momento que a “velocidade é a guerra, a última guerra”, sua essência, na qual predomina não somente a corrida armamentista, a logística, mas também e sobretudo o armamento da corrida, isto é, a necessidade de estar em primeiro no império da celeridade. Do estágio do fogo e do explosivo, a dissuasão passa ao do movimento dos vetores (VIRILIO, 1996: 127-33).

Se velocidade tecnológica é violência, é porque na dissuasão reside a Guerra Pura – essa que não se declara – em que o armamento mais sofisticado e potente dissuade o inimigo na eminência e constância

do medo. Não se exerce na determinação de um ou outro inimigo, mas como um assalto permanente ao mundo e através dele, como um assalto constante à natureza humana que, com uma estratégia indireta, pode desesperar uma nação e seu povo sem derramamento de sangue<sup>4</sup>. Dissuasão que opera através da negação da vida em vida, na afirmação da morte antes de sua existência, sob o lema de que já somos mortos ainda vivos. “A arte da dissuasão, proibindo a guerra política, favorece o surgimento, não de conflitos, mas de ‘atos de guerra sem guerra’. É a endemia desses atos que, atualmente, está corrompendo o mundo inteiro” (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 34). A produção dos meios de destruição tornou-se, paradoxalmente, um fator obrigatório da não-guerra. Círculo vicioso de tensão da Guerra Pura, o qual Harun Farocki demonstra em seu documentário *Reconhecer e Perseguir* (2003) a partir da idéia da guerra que estimula o desenvolvimento da técnica; círculo fechado entre a produção e a destruição, as quais significam, respectivamente, a produção da destruição e a destruição da produção.

Nessa corrida vence quem está na frente em termos tecnológicos. Além disso, o espectador mesmo se constitui como linha de frente da guerra, pois a dissuasão necessita dos meios de comunicação, já que a “*imediatez da informação cria a crise imediatamente*” (VIRILIO, 1996: 131). Segundo Jünger, é a publicidade, como medida de assentimento, que “*torna-se o fator decisivo da política*” (JÜNGER, 2002: 213) na corrida tecnológica da armação em que se conhece o passado e se projeta o futuro, enquanto o presente tende a desaparecer na instantaneidade da decisão política.

Vale lembrarmos do documentário *Fogo que não se apaga* (1969), de Harun Farocki, que, com uma espécie de trabalho genealógico da tecnologia, no qual demonstra a proveniência e emergência de suas invenções, apontando de forma arguta para algumas tendências do capitalismo do século XX por meio da imagem em sua dimensão política, demonstra-nos como as imagens falam ao mesmo tempo em que as palavras nos ensinam a ver. Ao problematizar o napalm, bomba incendiável utilizada na guerra do Vietnã, Farocki demonstra através dos sentidos da pele, conjugados com a sonoridade, o efeito destrutivo da bomba. E alerta o espectador, logo no

início do documentário, que irá fechar os olhos para não ver, ou então fechá-los após ver o terrificante poder destrutivo da bomba, vendo o intolerável e, ao mesmo tempo, o insuportável. Por meio da imagem o espectador estará consciente da bomba, e a reconhecerá em seu poder de destruição. Operação que tem o efeito de dissuasão no momento em que, contraditoriamente, pode-se ter a consciência de que o napalm como força de destruição pode salvar a humanidade.

Em função do efeito da dissuasão e no desaparecimento do confronto direto e sanguíneo, a população civil torna-se militarizada e esmagada pelo desejo de paz no desenvolvimento tecnológico para a guerra. Esmagamento e militarização em que paz e guerra deixam de se distinguirem para coexistirem na velocidade<sup>5</sup> e substituírem as eras das grandes conquistas (“exocolonização”) pela conquista interna que é intrínseca à corrida armamentista, a qual Virilio denominou como “endocolonização”. A intensividade endocolonial substitui a extensividade colonial (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 145). Não há mais tão-somente o inimigo externo, mas o interno, o que faz com que endocolonização e não-desenvolvimento se tornem termos quase-sinônimos que operam como reverso da ilusão de progresso técnico e científico.

Preocupado em demonstrar as tendências da guerra moderna no vetor da velocidade tecnológica, Virilio diagnostica a impossibilidade, hoje, da distinção entre civil e militar, em que o proletário-operário se transmutou em proletário-soldado. Assim, “sem o saber, já somos todos soldados civis” (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 27). *Militarização do cotidiano* na identidade e no inconsciente coletivo; subtítulo e descrição rápida da *Guerra Pura*.

A lógica do sistema de armamento foi assim transferida dos militares aos engenheiros responsáveis pelas pesquisas e seus desenvolvimentos. Guerra não mais somente do espaço militar, mas do civil em todas as esferas; o que Jünger (2002: 195, 198 e 199) preanunciou como efeito da Primeira Grande Guerra:

Na última fase, que já se insinuava por volta do fim desta última guerra, não ocorreu mais nenhum movimento – mesmo o de uma dona-de-casa junto à sua máquina de costura – no qual não residisse ao menos uma função mediamente bélica. [...] A possibilidade de tais ameaças, porém, não pressupõe uma mobilização, nem parcial, nem geral, mas *total*, que

<sup>4</sup> Como analogia a esse sentimento que caracteriza o estado de tensão impulsionado pela Guerra Pura, em que a existência da arma já se constitui como o maior drama, Virilio (1996: 51) refere-se ainda ao seguinte adágio: “o medo é o mais cruel dos assassinos; ele não mata jamais, mas os impede de viver”.

<sup>5</sup> Onde Virilio aponta para a noção de “adversário/parceiro”, em que adversários políticos, com estratégias políticas conflitantes, coexistem e confluem no ponto de vista da técnica e da tecnologia.

se estende ela mesma até a criança de berço, a qual está ameaçada como todo mundo, aliás, ainda mais fortemente. [...] aqui não há átomo algum que *não* esteja trabalhando e que nós mesmos estamos dedicados, no nível mais profundo, a este processo furioso. [...] marca dura de uma época cujo elemento fundamental é a guerra.<sup>6</sup>

Trazendo à luz a violência da velocidade em uma sociedade na qual o que resta aos homens são alguns poucos minutos fracionados, em que se anuncia até mesmo o fim do tempo de leitura reflexiva que exige que se rumine obras intermináveis e que faz emergir a necessidade de livros-chave e velozes – como Virílio mesmo se referiu ao seu livro *Velocidade e Política* –, causa estranheza ao urbanista francês o fato do conceito de velocidade ter sido omitido na história do conhecimento. Assim lhe insurge a urgência de pensá-la e sobretudo problematizá-la em sua violência e dominação. Ao prefaciar *Velocidade e Política*, Laymert Garcia dos Santos se refere à importância do livro por ser o primeiro a trazer a questão do sentido da velocidade, em que se sobressai a importância não do que diz, mas sobretudo na questão que levanta (VIRILIO, 1996: 10).

Necessidade que se coloca devido às excessivas análises sobre a riqueza e sua dominação que nunca, porém, problematizaram-nas a partir da velocidade, num tempo em que “velocidade é violência” e que velocidade e riqueza operam como um par perfeito de ressonância. “A riqueza é a face oculta da velocidade e a velocidade a face oculta da riqueza” (VIRILIO, 1996: 39). Nova codificação da dominação e da violência transfigurada na velocidade. Por isso dizer que o poder burguês, antes de ser puramente econômico, é também militar e requer estar à frente na corrida tecnológica do armamento<sup>7</sup>.

A partir de um neologismo, Virílio diagnostica a sociedade contemporânea como uma “dromocracia”, governo da corrida e da velocidade por onde se tem a “entrada no mundo do equivalente-velocidade ao equivalente-riqueza” (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 48), momento em que velocidade produz ao mesmo tempo que se opera com e pelo poder como hierarquias equivalentes<sup>8</sup>.

Assim que o espaço territorial e geográfico se vê substituído pelo movimento veicular; substituição realizada por uma dromologia que é também cronocracia: governo da velocidade e do tempo, simultaneamente.

Não há mais a sedentariedade do não-movimento, mas a sedentariedade no “instante da velocidade absoluta” como forma de redução do mundo a um único lugar com identidade unitária. Velocidade que se faz desterritorialização quando o “valor estratégico do não-lugar da velocidade suplantou definitivamente o do lugar”.

Com o vetor supersônico (avião, foguete, massa de ondas), a penetração e a destruição se confundem, a instantaneidade da ação à distância corresponde à derrota do adversário surpreendido mas também, e sobretudo, à derrota do mundo como campo, como distância, como matéria. (VIRILIO, 1996: 67, 68 e 123)

Na não localização do vetor em sua velocidade, perdeu-se definitivamente a localização geográfica como ponto estratégico; cria-se interfaces em todas as superfícies planetárias em que se pode estar sempre em contato ou ameaça. Onipresença da velocidade tecnológica que torna todo lugar equivalente e anuncia o fim da geoestratégia com a ascensão da velocidade, quando todos os pontos tornam-se facilmente atingíveis<sup>9</sup>. Entretanto, a desintegração da matéria é sempre retardada pelo que em seu trabalho Virílio caracteriza como estado de tensão e implosão: a Guerra Pura.

Sedentariedade no movimento, movimento que paralisa. Inversão de termos que se efetiva no excesso de velocidade e na tirania do movimento em uma sociedade dromocrática em que a velocidade, enquanto esperança, a divide em *Povos Esperançosos* e *Povos Desesperançosos*. Os primeiros lançados ao infinito por meio da superioridade da velocidade tecnológica; enquanto os segundos resignados à finitude da inferioridade técnica.

Não mais a sociedade industrial, mas sim a dromocrática, dromocracia que substitui a democracia, dromologia que suplanta a estratégia. Uma revolução dromocrática que teve por consequência a instauração da ditadura do movimento, estado contemporâneo de emergência que nos coage à mobilidade. Ou se movimenta com e na velocidade ou se está fora quando é ela que regula a dominação, seja na corrida armamentista, seja no armamento da corrida.

<sup>6</sup> Jünger faz analogia à dona-de-casa, bem como à criança de berço, para demonstrar essa disciplina impiedosa que é do engajamento de todo o povo no serviço da economia de guerra e na “transformação das relações de trabalho em relações militares”.

<sup>7</sup> Supremacia da velocidade que é a supremacia militar (VIRILIO, 1996: 25).

<sup>8</sup> Como exemplo refere-se ao fascismo que se tornou autoritário na medida em que se fez dromocrata. VIRILIO, 1996: 109).

<sup>9</sup> “Atualmente, o ganho de tempo é questão exclusivamente de vetores e o território perdeu seu significado ante o projétil”. (VIRILIO, 1996: 123)

Assim, com a investida tecnológica faz-se desistir de interromper a corrida, no momento em que disputa e guerra centram-se na velocidade intransponível e incessante para uma sociedade em que “*parar significa morrer*” (VIRILIO, 1996: 28. O grifo é meu).

No momento em que não há mais o triunfo da batalha sangrenta, mas somente a corrida tecnológica, não há mais tempo para descanso e tranqüilidade, mas apenas à *mobilização total* e ao mover-se na *ditadura do movimento*, em que a velocidade adquire valor supremo da última guerra.

“Armação” como fenômeno mais perceptível da *mobilização total* cunhada por Jünger, no sentido de estar sempre armando – gerúndio que corresponde à ação nunca terminada da corrida do armamento e do armamento da corrida. “[...] Não basta mais armar o braço que carrega a espada, é preciso *uma armação até a medula, até o mais fino nervo da vida.*” Moderna energia bélica empreendida nesse conceito que “entrou na política, tanto na sua polêmica, quanto na sua realidade. *Todos se armam e todos repreendem os outros a fazê-lo*” (JÜNGER, 2002: 195 e 215. Os grifos são meus). Ou seja, ninguém foge à necessidade de estar na corrida, seja na forma ofensiva, seja na forma defensiva, movimento em que há, hoje, a maior coerção: a impossibilidade de interromper o curso da ditadura do movimento. Ao revelar tendências, Virilio demonstra ao espírito sensível que o que se deslumbra maravilhosamente é letal. Efeito colateral não programado da tecnologia.

\*\*\*

Gilles Deleuze, ao se assumir implicitamente como interlocutor do pensamento de Foucault e ao dar prosseguimento ao pensamento deste filósofo, com o qual manteve relações de amizade ora cordiais ora tumultuadas – próprio de ambos filósofos que acreditavam na evolução do pensamento por meio de “crises” –, introduz ao leitor uma ousada e inquietante percepção do que se chamaria, após as sociedades disciplinares – as quais Foucault se debruçou a analisar na chamada Época Clássica e Modernidade –, de sociedades de controle<sup>10</sup>.

Ousadia que se refere na própria composição do texto *Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle*, curto em extensão e rico em intensidade. Subdividido em itens tais como “Histórico”, “Lógica” e

“Programa”, o texto induz o leitor, a princípio, a imaginar uma ficção científica. No entanto não o é, conforme o próprio Deleuze se explica:

“Não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento em espaço aberto, animal sem reserva, homem numa empresa (coleira eletrônica) (DELEUZE, 1992: 224).

Ao não ficcionalizar o futuro, mas, antes, ao propor um diagnóstico do presente, o texto deleuziano lança uma nova imagem do pensamento sobre a contemporaneidade. Não mais as sociedades de soberania e disciplinares que existem, estas que Foucault esquematicamente demonstrou nos séculos XVII, XVIII, XIX e início do XX, mas, como um desdobramento, as chamadas sociedades de controle. Não mais o confinamento que encontrava expressão em instituições tais como escola, caserna, fábrica e nos lugares por excelência do confinamento àqueles que fugiam às regras dos poderes normalizadores: manicômio e prisão.

Nas chamadas sociedades disciplinares, por meio dos confinamentos, numa linguagem e regimento que operavam de formas análogas nas distintas instituições, não se cansava de começar do zero, isto é, de um confinamento a outro em que os indivíduos não cessavam de transitar de um espaço fechado a outro. Sociedade na qual imperava o espaço fechado da disciplina dos corpos, a fim de torná-los dóceis e moldados nos registros de normalidade, conforme a analítica histórico-filosófica de Foucault.

[...] primeiro a família, depois a escola (“você não está mais na sua família”), depois a caserna (“você não está mais na escola”), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência (DELEUZE, 1992: 219).

Entretanto, para Deleuze, o homem não se vê mais confinado, mas, doravante, *endividado*. Endividado, pois nas sociedades de controle os homens encontram-se, a todo instante, em um controle contínuo, sem início, meio e fim, mas sempre no processo mesmo. Dispositivo permanente que o deixa, se assim podemos dizer como ressonância da filosofia nietzscheana que aparece no pensamento de Deleuze, em um incessante sentimento de culpa – compreendendo “culpa” a partir da análise etimológica de Nietzsche que a

<sup>10</sup> Termo cunhado inicialmente pela análise de Burroughs, (DELEUZE, 1992: 216 e 220)

designa como “dívida”<sup>11</sup>. Motivo pelo qual o *individuum*, como algo não divisível, tornou-se dividível. Deleuze recorre à obra *O Processo*, de Kafka, como recurso representativo dessa dívida infinita com a sociedade, dívida impossibilitada de quitação: “*moratória ilimitada*”. E continua:

O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado (DELEUZE, 1992: 224).

Na diferenciação histórica das redes de poder, passamos do poder soberano ao poder disciplinar que, em vias de desaparecimento, abre espaço para a hegemonia do controle como uma forma mais sutil e de mais alta perfeição e sofisticação de dominação. A cada tipo de sociedade se faz corresponder um tipo de máquina: “as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para as de disciplina, as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle” (DELEUZE, 1992: 216)<sup>12</sup>, nas quais opera e impera a comunicação virtual como forma de vigilância.

Não mais a assinatura e o número que indicavam o indivíduo e sua posição na massa das sociedades disciplinares, mas tão-somente uma cifra que como uma senha fornece acesso à informação do sujeito dividível, que lhe possibilita acesso ou restrição conforme a geração de informação cibernética e computadorizada. Virtualidades que detectam a posição de cada um, “lícita ou ilícita”, e operam “uma modulação universal” (DELEUZE, 1992: 225), através do controle contínuo e da comunicação instantânea.

Em seu documentário *I thought I was seeing convicts* (1998), Farocki nos coloca, como espectadores, na perspectiva do controlador que recebe imagens instantâneas e concomitantes de vigilância a fim de demonstrar a impessoalidade e o anonimato do poder no dispositivo de controle, seja na prisão, seja no supermercado. Impessoalidade que suprime a relação face a face, restando apenas interfaces. Controle que possibilita que *um veja o outro* de diversas perspectivas

da imagem, de diversas posições e disposições das câmeras *sem que o outro veja o um*. Ao adotar a perspectiva do dispositivo de controle, o que faz com que não haja necessariamente identificação com este por parte do espectador – o que ocorre também no documentário *Imagens da Prisão* (2000), em que a perspectiva é invertida para o ponto de vista do prisioneiro –, Farocki traz à tona o como que um dispositivo inventariado para a segurança se tornou controle interminável dos indivíduos. Pois o mesmo software que alcança todos os registros de um prisioneiro, no controle que antecipa o desvio por mostrar a norma<sup>13</sup>, registra, também, o perfil do consumidor no supermercado. Da urgência da segurança se passou ao controle do que consumimos, identificando o perfil de cada um segundo frequência e aquisição de produtos. Da mesma forma em que o prisioneiro encontra-se “livre” no espaço aberto ele se vê, paradoxalmente, aprisionado pelo dispositivo de controle, Farocki nos impressiona ao demonstrar como todos os que estão “livres” nesta sociedade podem se sentir aprisionados nos registros de controle e vigilância – daí a expressão: “Eu pensei que estava vendo condenados” –, mesmo que ainda não se tenha excedido os registros de normalidade, como no caso do criminoso e também do louco.

Assim que Farocki, como leitor arguto de Deleuze, demonstra que eliminar-se-á a prisão como um lugar fixo e fechado da marginalidade quando a tecnologia permitir que qualquer lugar, aberto ou fechado, esteja sob controle pela vigilância. O que Deleuze já havia apontado ao afirmar que na substituição pelo controle incessante em espaço aberto, o confinamento mais duro parece “pertencer a um passado delicioso e benevolente”. Regime este (sociedade disciplinar) do qual Foucault foi considerado o pensador por excelência, por demonstrar sua técnica principal: o confinamento, seja no hospital e na prisão, como também na escola, na fábrica, na caserna. Porém, afirma Deleuze sobre Foucault,

[...] ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea (DELEUZE, 1992: 215-16).

Ao apontar a brevidade do modelo disciplinar de sociedade, anunciado após o fim da Segunda

<sup>11</sup> Conforme se encontra na “Segunda Dissertação: ‘Culpa’, ‘má consciência’ e coisas afins” (NIETZSCHE, 1998).

<sup>12</sup> Ou ainda, “As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios; mas as sociedades disciplinares recentes tinham por equipamento máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem; as sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus”. (DELEUZE, 1992: 223).

<sup>13</sup> Pois campo de visão (câmera) e campo de fogo (coerção pela ameaça de morte) coincidem.

Guerra Mundial, momento em que se instaurou a crise nessas instituições, Deleuze demonstra o vazio que parece emergir dos discursos políticos sobre reformas institucionais na prisão, no exército, no hospital e na fábrica, por estarem, elas mesmas, destinadas à liquidação. Discursos que têm por objetivo gerir a agonia engendrada pela transformação “até a instalação das novas forças que se anunciam” (DELEUZE, 1992: 220), na sutileza, perfeição e sofisticação da dominação que exige uma nova codificação: o controle. Novo regimento ao qual não cabe temer nem esperar, mas buscar novas armas de resistência, pois, para o pensador francês, não cabe a indagação sobre qual regime é mais duro e mais tolerável, visto que em cada um se cria formas de subjetivação e sujeição do mesmo modo que se cria formas de liberação.

Nesse diagnóstico do presente, as fábricas são substituídas por empresas; as escolas não tomadas mais como um confinamento que tem por objetivo um final, mas antes uma formação permanente em que o controle contínuo substitui o exame final; a busca de penas “substitutivas”, ao menos para a pequena delinquência, regidas por “coleiras eletrônicas” que mantêm o criminoso sob o controle interminável, substitui os regimes clássicos de prisões; os hospitais substituídos por hospitais-dia, “sem médico nem doente” – onde o médico mais parece um esteticista do que um taumaturgo da cura. Substituições que fundamentam a metamorfose, segundo Deleuze, das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, um controle “contínuo e ilimitado” (DELEUZE, 1992: 224-25).

Uma terrificante formação permanente que faz desaparecer as fronteiras entre início e término, dado que o indivíduo se encontra em um interminável processo. Se no regime disciplinar não se cansava de recomeçar do zero, em novas linguagens e regimentos que operavam de forma análoga, no controle, uma vez iniciado, “nunca se termina nada”. Se na sociedade disciplinar a vida começava após um dia de confinamento, como Farocki demonstrou em *Operários ao sair da fábrica* (1995), nas emergentes sociedades de controle a vida não começa mais no momento em que nada se termina. Império do movimento sob constância da vigilância. Uma “motivação” que “contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo” (DELEUZE, 1992: 216 e 221).

Entretanto, o que Deleuze afirma é que essa transformação “não é uma evolução tecnológica sem ser, mais profundamente, uma mutação do

capitalismo”. Pois enquanto o capitalismo do século XIX era de concentração, produção e propriedade dos meios de produção, atualmente tem-se um capitalismo de “sobre-produção”, não dirigido mais somente à produção, mas ao produto e na sua compra como produto acabado que dispensa a matéria-prima para a produção, pois opera, doravante, mais por transformação do produto que por especialização da produção, tendo como algo único e universal o que ainda se conserva no capitalismo: o mercado<sup>14</sup>. Este que funciona por controle, e não mais por disciplina. “As conquistas do mercado se fazem por tomada de controle e não mais por formação de disciplina” (DELEUZE, 1992: 224).

Enquanto os meios de confinamentos operavam como variáveis independentes nos indivíduos pela necessidade de sempre recomeçar, nos “controlatos” as variações operam de forma inseparáveis. Isto é, da família à escola e à empresa pela formação permanente. Por isso, os confinamentos eram moldes, formas de moldar os corpos a fim de torná-los dóceis, enquanto os “controlatos” são modulações permanentes e auto-deformantes.

Assim, Deleuze afirma não vivermos mais como toupeiras em sociedades disciplinares, mas na velocidade venenosa que delas emergiu: as sociedades de controle, lugar por analogia à serpente. Pois, ao invés dos “moldes” do confinamento, em um processo fechado em si, há, agora, uma “modulação” contínua e ondulatória, onde o sujeito se encontrará, sempre, endividado pelo controle e em permanente culpa. Talvez por isso a ousada brincadeira de Deleuze que não se finda em uma interpretação, mas em múltiplas: “Por toda a parte o *surf* já substituiu os antigos esportes”. Não mais o espaço fechado, mas o espaço “aberto” das ondas contínuas, sem fim prévio, onde o sujeito, impossibilitado de fuga, vê-se ondulado e modulado na necessidade imperativa de surfar nessa onda, que é do movimento em espaço aberto, mas sob eterna vigilância. “Os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira.” (DELEUZE, 1992: 226)

\*\*\*

É por perspectivas distintas que Paul Virilio e Gilles Deleuze podem encontrar um lugar-comum. Ambos se colocam a tarefa de pensar o espaço aberto

<sup>14</sup> “No capitalismo só uma coisa é universal, o mercado” (DELEUZE, 1992: 213).



das sociedades ocidentais contemporâneas. Para o urbanista, vale pensá-las enquanto espaço aberto do movimento nos vetores da velocidade concomitante ao pensamento de guerra; enquanto para o filósofo, vale refletir a crise das instituições disciplinares fechadas que possibilitaram o desdobramento para uma sociedade em regime aberto, todavia, sob permanente controle, pois a rua, enquanto espaço aberto do movimento, trânsito sob controle, só pôde existir em sua relação com o espaço fechado da instituição. Uma sociedade de controle passível de cognição somente na relação e desdobramento do regime disciplinar.

Tanto para o pensamento epistemo-técnico de Virilio, quanto para o pensamento sócio-técnico de Deleuze, há a exigência de uma nova codificação da realidade. Se o primeiro analisa as tendências da tecnologia e sua aceleração vinculada à guerra, o segundo reflete as tecnologias de controle que se tornaram realidade. Espaço aberto do movimento que faz com que a codificação de uma *sociedade de controle*, a saber, o trânsito sob vigilância, opere concomitante à *tiranía do movimento* no vetor da velocidade tecnológica de preparação para a guerra. Conceitos que operam simultaneamente na necessidade de *dever-mover*.

Não à toa Deleuze se referiu à Virilio, afirmando que este “também analisa sem parar as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado” (DELEUZE, 1992: 220). A recíproca também se faz verdadeira, quando o pensamento de Virilio afirma que a logística se situa em todas e em nenhuma parte, propriedade da velocidade que engendrou a desterritorialização do espaço, em que o não-lugar do movimento substituiu o lugar. Nas palavras de Lotringer, os termos se invertem: o movimento paralisa e mata a moção (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 75). Submissão à tirania do movimento que nos faz estar em toda parte e em nenhuma, ou seja, não mais na solidez fixa da disciplina, mas na liquidez fluente que implica em sedentarismo em pleno movimento. Movimento incessante e não-lugar que no espaço aberto só se realizam sob a vigilância. Assim, com a instauração da ditadura do movimento nas sociedades contemporâneas, há, também, o controle do movimento.

Ditadura do movimento esta que vivenciamos em todas as esferas da vida, causando-nos implosões psíquicas, físicas, econômicas, políticas etc. Sociedade de controle que em sua aparência é *poder-mover*, contudo, em seu controle e exigência (ultra!) é *dever-*

*mover*, impossibilitando a imobilidade. “Passamos da liberdade do movimento para a tirania do movimento”, em que não somos mais cidadãos, mas passageiros em trânsito (VIRILIO e LOTRINGER, 1984: 72 e 66) – eis o que nos diz Paul Virilio. Liberdade do mover na restrição de tudo ver: diagnóstico deleuziano.

E continua Virilio: “[...] o que ninguém imaginava é que a ‘conquista da liberdade de ir e vir’, tão cara a Montaigne, poderia se transformar, num passe de mágica, em *coação à mobilidade*” (VIRILIO, 1996: 40-1). Liberdade do movimento que logo se transfigurou em sua ditadura. Uma coação à mobilidade que Deleuze diagnosticou sob a insígnia da necessidade do controle. Ou se mobiliza, ou se está fora.

Por isso Virilio diz que “[...] a revolução é o movimento, mas o movimento não é a revolução” (VIRILIO, 1996: 31). Exatamente pelo fato de o movimento ser tirânico, logo violento. Um movimento sob controle que modula o indivíduo através de ondas contínuas e ininterruptas e, ao mesmo tempo e paradoxalmente, o aprisiona, conforme Deleuze. Com uma antevisão profética à ilusão de liberdade nas sociedades emergentes, Jünger apontou que, por trás dessa ilusão, reinava uma torturante coerção:

Mas hoje, em todos os países, revela-se, de modo sempre mais evidente, o fato de que a identidade deles e mesmo o *sonho de liberdade desvanecem como espremidos entre as garras de aço de um alicate*. [...] aqui atuam modos de coação que são mais fortes que a tortura (JÜNGER, 2002: 213-14. Os grifos são meus.)

O que se esboçou aqui não se trata de ficção, mas na revelação de tendências que, através desses autores, antecipam o futuro que já se faz presente para uma sociedade que se fecha no espaço aberto. Fechamento coercitivo que Virilio diagnosticou como um “estado de emergência” e, Deleuze, implicitamente, na necessidade de surfar nessa onda, em que a resistência pode se desenhar na desaceleração, que implica em desarmamento, e nas linhas de fuga que possivelmente implicariam na necessidade de saber se mover para não se afogar nessa onda que se traça no consumo incessante de experiências e quando cada minuto torna-se imprescindível. Não mais o trabalho tão-somente tornou-se mercadoria, como demonstrou Marx, mas a própria vida quando consumida no movimento. No controle e na velocidade, o movimento venenoso da serpente está sendo eternizado.

**REFERÊNCIAS**

- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- JÜNGER, Ernst. *A mobilização total*. Tradução de Vicente Sampaio. Revista Natureza Humana, São Paulo, vol.4, n.1, 2002.
- LOPARIC, Zeljko. *Breve nota sobre Heidegger como leitor de Jünger*. Revista Natureza Humana, São Paulo, vol.4, n.1, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- VIRILIO, Paul e LOTRINGER, Sylvere. *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. Tradução de Elza Miné e Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. Tradução de Celso Mauro Paciornik e prefácio de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

**REFERÊNCIA FILMOGRÁFICA**

- FAROCKI, Harun. *Fogo que não se apaga*. 1969.
- \_\_\_\_\_. *Operários ao sair da fábrica*. 1995.
- \_\_\_\_\_. *I thought I was seeing convicts*. 1998.
- \_\_\_\_\_. *Imagens da Prisão*. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Reconhecer e perseguir*. 2003

---

\* Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP-Marília); atualmente é mestrando em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Endereço eletrônico: [eltoncorbanezi@hotmail.com](mailto:eltoncorbanezi@hotmail.com)